

ÉLITES ECONÓMICAS E INFLUENCIAS EN AMÉRICA LATINA: METODOLOGÍAS DE INVESTIGACIÓN Y CLAVES PARA SU ESTUDIO.

Marina Mendoza e Inés Nercesian (org.). Buenos Aires: Editorial Teseo, 1.^a edição, 2023, 153 p.

Recebido em 19/11/2025

Aprovado em 22/01/2026

DOI: 10.69585/2595-6892.2026.1348

Nas últimas décadas o estudo das elites tem ganhado grande relevância, crescendo progressivamente as pesquisas no campo acadêmico. As crises que o mundo enfrentou a partir dos anos 2000, como a crise financeira de 2008, a “virada à direita” e a pandemia de coronavírus que iniciou em 2020, apresentaram de forma aguda as desigualdades. Um conjunto de debates se iniciou sobre a definição de elites: quem são elas, como medi-las, por que as elites e não as classes sociais? há diferenças entre as elites? E estas questões tornaram-se o coração das pesquisas das últimas décadas. Enquanto as elites políticas ocupam cargos políticos e estão mais suscetíveis a trocas com a sociedade, as elites econômicas evitam sua exposição pública, optando por maior discrição. Mas isto não as impede de influenciar de diversas formas as decisões estatais, seja por ligações telefônicas ou financiamentos para partidos.

O livro *Élites económicas e influencias en América Latina: metodologías de investigación y claves para su estudio*, editado por Marina Mendoza e Inés Nercesian e publicado em 2023 pela Universidade de Buenos Aires, procura identificar e descrever de que modo as elites interferem nas decisões de políticas públicas em um conjunto de países latino-americanos. Além disso, é um livro metodológico, resultado de um projeto de pesquisa realizado no âmbito do PICT (Projeto de Iniciação Científica e Tecnologia) “Estado, elites e políticas públicas na América Latina 2000-2018”, desenvolvido no Instituto de Estudos Latino-Americanos e Caribenhos da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires. Além de

**ETHIENNY
PEDROSO BICA**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI-UFRGS).

Email: bicapethi@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-7904-9266>

Marina e Inés, mais dois autores se uniram ao projeto, ficando responsáveis por um capítulo do livro. Por ser uma obra não somente temática, mas também metodológica, os autores apresentam os meios e métodos utilizados no desenvolvimento de suas pesquisas, enriquecendo a leitura e nos fazendo entender o passo a passo no desenvolvimento do trabalho.

Existem dois tipos de mecanismo que as elites econômicas acionam e que resultam na participação direta na política: coletivo e individual. No capítulo “Elites corporativas e governos neoconservadores no século XXI”, especificamente Argentina e Brasil (2015-2019), o autor Roberto Cassaglia propõe uma tipologia que consiste na interseção de duas variáveis: ação coletiva ou individual. O primeiro mecanismo é resultado da participação direta das elites no centro de um partido político, onde este atua em defesa e direção dos interesses da elite econômica dentro do jogo democrático, enquanto o individual consiste em executivos das empresas ocupando cargos públicos.

Neste capítulo, o objetivo principal direciona-se em investigar os atores que assumem a ligação entre poder econômico e político nos governos Mauricio Macri (2015-2019) e Michel Temer (2016-2018). De maneira geral, se propõe a identificar e/ou apresentar a ação coletiva e a capacidade de influência das elites. Como metodologia, o autor baseou-se em uma análise documental de fontes primárias dos dois governos investigados. Acusando a diferença entre dois casos e contextos nacionais em um mesmo período, registrou as mudanças de agenda das elites corporativas, buscando assim medir o grau de alinhamento entre as políticas públicas e as agendas das associações empresariais. O autor conclui que, no caso do Brasil, as associações empresariais e os governos neoconservadores possuem forte ligação, pressionando por reformas de tributação, regulamentos de pensão e trabalhistas. O setor agrícola e o financeiro demonstravam maior apoio, enquanto o industrial exigia maiores correções. No caso argentino, o governo Macri e as elites corporativas viviam um vínculo evidente, com apoio político explícito. Por fim, o autor afirma que, para compreender o *lobby*, individual ou mesmo

coletivo, destes casos de estudo, provavelmente exigir-se-ão meios e métodos ainda mais criativos.

No capítulo “Reforma agrária na Colômbia: uma proposta para o estudo da ação política das classes proprietárias de terras (1960-1980)”, a autora Vannessa Morales Castro analisa as políticas públicas como resultado da mobilização social ou da pressão política e grupos de poder social. Afirma ainda que a integração das questões sociais na agenda política é produto de uma iniciativa autônoma para o Estado cumprir com seus objetivos. O artigo se dedica a estudar a ação política dos proprietários de grandes terras na implementação da reforma agrária na Colômbia a partir dos anos 1960.

Baseando-se na revista institucional da Sociedade Agrícola Colombiana (SAC), o artigo foca em analisar as ações desenvolvidas pelos latifundiários e suas interações com o Estado entre os anos 1960 e 1980. A SAC funcionava como um instrumento de pressão política; a partir do acesso à revista, foram analisadas cartas, pronunciamentos e reportagens sobre eventos, com a finalidade de entender quais vínculos e mecanismos de influência a elite agrária possuía e utilizava com cada governo e presidente nesses vinte anos.

As reformas nas décadas de 1970 e 1990 no Chile e no Peru transformaram seu poder de acumulação, oferecendo condições para que a exploração de recursos primários tivesse seu retorno. A partir da consolidação deste modelo, os laços entre as elites econômicas e os Estados chilenos e peruanos foram reforçados. Ao realizar uma pesquisa comparada sócio-histórica destas duas regiões, Marina Mendoza, autora do terceiro capítulo “Elites econômicas, política fiscal e o extrativismo no Chile e no Peru (1970-2022)”, busca apresentar a atuação dos empresários na política, e analisar as formas de poder da classe econômica dominante nas políticas estatais.

O capítulo aborda quatro fases históricas que ilustram a influência das elites econômicas: a fase de consolidação da atividade extrativista, dos anos 1970 a 1990; o ciclo das *commodities* nos anos 2000 até 2010; a competição fiscal para atração de investimento externo entre 2011 e 2018; e a crise entre 2019 e 2022 com a pandemia de covid-19. Se debruçando em um trajeto

histórico destas relações elite-Estado desde os anos 1970 até 2022, a autora conclui que a política fiscal é um elemento, e um instrumento, determinante de poder, dificultando projetos de reforma progressiva da institucionalidade tributária e se apoderando de decisões políticas.

Com um sistema tributário frágil, o México é o quinto país na América Latina que menos arrecada, tornando o dependente do setor petrolífero. No capítulo quatro “Elites e poder político no México durante a crise (2020-2022)”, da autoria de Inês Nercesian, abordam-se as fragilidades e as políticas tributárias mexicanas mais recentes. O objetivo do artigo é analisar as influências das elites econômicas mexicanas sobre o governo de Andrés Manuel López Obrador, governo que marca uma ruptura ao declarar e apresentar uma agenda antineoliberal.

A autora adota, como parte da metodologia do trabalho, a definição de elite econômica como uma minoria muito bem organizada, a qual ocupa posições essenciais politicamente, e que detém o poder do capital. Fazendo um levantamento sócio-histórico, com fontes primárias e secundárias, identificou que essas elites possuem uma organização unificada, com diversas câmaras, conselhos e confederações dando o tom dos seus interesses e ações. Em meio ao caos da covid-19, no governo Andrés Manuel López Obrador, o deputado Alfonso Ramírez Cuéllar apresentou um projeto de lei inspirado no modelo argentino, para aplicar impostos a patrimônios a partir vinte milhões de pesos mexicanos, e declarar o fim de isenções. Em resposta, as elites empresariais criticaram fortemente ou reagiram com silêncio. Alegaram inclusive “agressividade fiscal” contra os contribuintes. O presidente não seguiu com este projeto, e optou por uma política para aumentar a arrecadação combatendo fortemente a evasão e elisão fiscal. A autora conclui no capítulo que para o governo é difícil lutar contra o peso destas organizações das elites mexicanas, sendo dificultoso implementar medidas de redistribuição de renda.